

MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E SEUS DESDOBRAMENTOS NO ESPAÇO AGRÁRIO

Mateus Pessetti

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Resumo

Como citar:

PESSETTI, M. Modernização da agricultura e seus desdobramentos no espaço agrário. **Revista Geografia em Atos** (Online), v.5, ano 2021, p.1-26

DOI:

<https://doi.org/10.35416/geoatos.2021.8050>

Recebido em: 2020-08-20

Devolvido para correções: 2020-12-20

Aceito em: 2021-02-18

Publicado: 2021-12-19

O texto consiste em uma reflexão a respeito da modernização da agricultura e seus desdobramentos na organização do espaço. Parte-se do pressuposto de que o espaço geográfico se reorganiza mediante a evolução da técnica e do trabalho humano. Um dos fatores que culminaram em transformações espaciais no Brasil, foi a modernização da agricultura, estudada por diferentes pesquisadores. Temos como objetivo realizar uma reflexão acerca da modernização da agricultura, destacando as diferentes concepções teóricas e seus desdobramentos na organização do espaço. Para a construção, utilizou-se da pesquisa bibliográfica, através da consulta e leituras de diferentes obras (teses, dissertações, artigo e livros) que tiveram como preocupação central a apreensão da modernização da agricultura em seus diferentes sentidos. É importante destacar que, não temos como objetivo apresentar verdades absolutas a respeito do tema. Mas sim, possibilitar caminhos teóricos que contribuam para o desenvolvimento de investigações que estejam vinculadas aos estudos agrários, de modo especial os de natureza geográfica.

Palavras-chave: Modernização da agricultura; Organização do espaço; Espaço agrário

¹Licenciado em Geografia pela Universidade de Passo Fundo e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria. É professor de Geografia da rede privada de escolas em Passo Fundo/RS, atuando na Rede Marista e Colégio Garra. Tem experiência em Geografia, com ênfase em Geografia Humana, interessando-se nos seguintes temas: organização do espaço, região, espaço agrário, pensamento geográfico e ensino de geografia
E-mail: mateuspessetti84@gmail.com
Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-5228-7435>

MODERNIZATION OF AGRICULTURE AND ITS UNFOLDING IN THE AGRICULTURAL AREA

Abstract

The text consists of a reflection on the modernization of agriculture and its unfoldings in the organization of space. It is assumed that the geographical area is reorganized by the evolution of human technique and work. One of the factors that culminated in spatial transformations in Brazil was the modernization of agriculture, studied by different researchers. We aim to carry out a reflection on the modernization of agriculture, highlighting the different theoretical conceptions and their unfoldings in the organization of space. For the construction, bibliographic research was used, through consultation and reading of different works (theses, dissertations, article and books) that had as central concern the apprehension of the modernization of agriculture in its different senses. It is important to emphasize that, we do not aim to present absolute truths about the topic. But rather, to enable theoretical paths that contribute to the development of research that is linked to agrarian studies, especially those of a geographical nature.

Keywords: Modernization of agriculture; Organization of space; Agrarian space

MODERNIZACIÓN DE LA AGRICULTURA Y SUS CONSECUENCIAS EN EL ESPACIO AGRARIO

Resumen

El texto consiste en una reflexión sobre la modernización de la agricultura y sus consecuencias en la organización del espacio. Se supone que el espacio geográfico se reorganiza a través de la evolución de la técnica y el trabajo humano. Uno de los factores que culminó en las transformaciones espaciales en Brasil fue la modernización de la agricultura, estudiada por diferentes investigadores. Pretendemos reflexionar sobre la modernización de la agricultura, destacando las diferentes concepciones teóricas y sus consecuencias en la organización del espacio. Para la construcción se utilizó la investigación bibliográfica, a través de la consulta y lectura de diferentes obras (tesis, disertaciones, artículos y libros) que tenían como preocupación central la aprehensión de la modernización de la agricultura en sus diferentes sentidos. Es importante destacar que no pretendemos presentar verdades absolutas sobre el tema. Más bien, habilitar caminos teóricos que contribuyan al desarrollo de investigaciones vinculadas a los estudios agrarios, especialmente los de carácter geográfico.

Palabras clave: Modernización de la agricultura; Organización espacial; Espacio agrario

Introdução

Entender as implicações da modernização da agricultura na organização do espaço, eis uma das preocupações deste trabalho. Para tanto, parte-se do pressuposto de que o espaço geográfico é fruto da evolução da sociedade, é a expressão da apropriação do homem através de seu trabalho e da técnica. Dentre os diferentes processos inerentes a reorganização espacial, destacamos a modernização da agricultura que, por meio de seu pacote tecnológico, provocou/provoca transformações no âmbito produtivo e, de maneira expressiva, no social, acirrando as desigualdades entre pequenos e grandes agricultores do Brasil.

Destaca-se que a agricultura e a pecuária são importantes seguimentos da economia brasileira, desde os tempos em que o País vivia no regime colonial. Com exceção do ciclo do ouro e da mineração, até meados do século XX, os produtos agropecuários dominavam o desenvolvimento econômico do Brasil. Ao longo dos ciclos econômicos, a cana-de-açúcar, o cacau, café, pecuária, entre outros, tiveram destaque entre as produções, as quais foram se alternando diante das mudanças que ocorriam (MORAES e FRANCO, 2005).

No meio acadêmico, os estudos sobre a modernização da agricultura permeiam pelas diferentes áreas do conhecimento, contemplando discussões na perspectiva das ciências agrárias, sociais e humanas. Em sua natureza, a geografia apresenta um caráter interdisciplinar, sendo comum a utilização de autores de outras áreas do conhecimento para apreender fenômenos geográficos. Ressalta-se que, a preocupação dos geógrafos está vinculada ao entendimento dos impactos na organização do espaço geográfico, que por sua vez, é seu objeto de estudo.

Deste modo, o presente texto busca realizar uma reflexão acerca da modernização da agricultura, destacando as diferentes concepções teóricas e seus desdobramentos na organização do espaço. Para a construção, utilizou-se da pesquisa bibliográfica, através da consulta e leituras de diferentes obras (teses, dissertações, artigo e livros) que tiveram como preocupação central a apreensão da modernização da agricultura em seus diferentes sentidos.

É importante destacar que, não temos como objetivo apresentar verdades absolutas a respeito do tema. Mas sim, possibilitar caminhos teóricos que contribuam para o desenvolvimento de investigações que estejam vinculadas aos estudos agrários, de modo especial os de natureza geográfica.

O estudo estrutura-se em três partes. Inicialmente, apresenta-se um panorama geral da natureza do conceito de modernização da agricultura, a partir da contribuição de importantes teóricos sobre assunto. A segunda parte, realiza-se discussões a respeito dos

desdobramentos do processo, contemplando as questões sociais que emergiram diante da consolidação da agricultura conservadora. Por fim, nas considerações finais, ressalta-se algumas ideias centrais apresentadas ao longo da reflexão.

Modernização da agricultura: conceituações

O conhecimento científico apresenta mudanças, superações e refutações a paradigmas e conceitos. É a partir das transformações na estrutura social que novos questionamentos emergem e revisões são realizadas, dando assim novos sentidos aos fenômenos que marcam as diferentes temporalidades e espacialidades da sociedade.

Em seu sentido etimológico, a palavra modernização refere-se ao ato de modernizar, adaptar algo aos dias atuais. (EDELBRA, 1995). No âmbito das atividades do setor agropecuária, ela ganha novos sentidos, que se manifestam em diferentes escalas de ação e resultam no emergir de novas relações socioespaciais e econômicas no espaço geográfico.

A expansão da modernização da agricultura marcou as décadas de 1950 a 1970 no território brasileiro. Portanto, em bibliografias clássicas, é comum se referir a este momento histórico e espacial a partir das transformações nas estruturas técnicas. Entretanto, com o passar dos anos e com o emergir dos problemas sociais decorrentes, entendeu-se que a modernização da agricultura superou as questões técnicas e os processos produtivos, impactando a população rural e favorecendo o aumento da desigualdade social.

Paiva (1975, p. 123) ao investigar a modernização da agricultura conceitua esta como

[...] difusão de novas técnicas de produção, que, além de mais produtivas (em termos físicos), se caracterizam por serem em geral mais intensivas de capital do que as técnicas chamadas tradicionais, que se apoiam basicamente nos fatores terra e mão de obra.

Nesta perspectiva, evidenciou-se o caráter produtivo, onde o incremento de técnicas e a intensa utilização de maquinários caracterizam a superioridade do sistema capitalista e sua expansão sobre o campo, o qual se dava por meio de lavouras empresariais, como a soja, que em sua natureza se desenvolveu em grandes extensões de terras.

Na mesma linha de raciocínio, destacamos Graziano da Silva (1982, p. 27) onde afirma que “A chamada modernização da agricultura não é outra coisa senão o processo de

transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado às transformações gerais da economia brasileira recente”.

Reiterando, Brum (1988, p. 60), define como

[...] processos através do qual ocorrem modificações na base técnica da produção. [...] é a fase agrícola que se caracteriza pelo uso intensivo, a nível das unidades produtoras, de máquinas e insumos modernos, bem como por uma maior racionalização do empreendimento e pela incorporação de inovações técnicas de preparo e cultivo do solo, de traços culturais e de processos de colheita mais sofisticados.

Sendo o capitalismo o modo de produção que impulsionou a expansão da agricultura moderna, as desigualdades socioespaciais e econômicas são acirradas e emergem na medida em que ocorre a consolidação da capitalização do campo. Ressalta-se que o processo de acumulação e reprodução do sistema capitalista, acima de tudo, através dos interesses das classes dominantes, promoveu o rompimento de barreiras relacionadas as características físicas e ambientais, as quais foram sendo paulatinamente suprimidas.

Com o aumento das desigualdades no campo, a luta pelo direito a terra e o surgimento dos movimentos sociais, as concepções acerca da modernização da agricultura foram incrementadas, diante dos impactos decorrentes da consolidação da agricultura conservadora, a qual tinha a grande propriedade como principal agente, estruturado sobretudo pela monocultura e no uso de máquinas e insumos. Os pequenos agricultores, sem condições de se inserirem nas políticas desenvolvidas pelo governo, foram obrigados a deixar o campo e procurar os grandes centros urbanos, acentuando a urbanização e a periferização do espaço.

Considerando a origem e o propósito da modernização da agricultura, podemos afirmar que a utilização de definições que consideram apenas o aspecto técnico e produtivo, talvez possam explicar o projeto pensado pelo Estado, visto que “a modernização das atividades agropecuárias visava tão somente o binômio produção e produtividade, sem levar em conta todas as repercussões sociais e ambientais advindas, desse modelo.”. Além da falta de apreciação em velhos problemas que, historicamente, acompanham a dinâmica do espaço agrário brasileiro, como a necessidade da reforma agrária. (MATOS e PESSÔA, p. 8).

Em estudos mais recentes, as concepções acerca da modernização da agricultura ganharam uma conotação social, especialmente ao contemplarem os desdobramentos e os

impactos nas relações do campo. Suzuki (2007) destaca a necessidade de apreender esse processo a partir da capitalização do campo e, por consequência, na nova estrutura social que se manifestou em decorrência.

Ao estudar as novas dinâmicas espaciais impostas pela modernização do campo, Matos e Pessoa (2011, p. 4) evidenciam que estas “[...] afetam não somente as relações econômicas, como também as relações sociais, políticas e culturais do território, e conseqüentemente, uma nova dinâmica da relação capital x trabalho”. Outra concepção referente a modernização da agricultura é proposta por Kozenieki (2017, p. 80 – 81). Nesta mesma linha de pensamento, o autor considera a reorganização das relações sociais e afirma que

[...] com o crescimento dessas relações no campo verificam-se mudanças nas relações de trabalho, na composição de redes e de atores sociais, nas formas de distribuição e de acúmulo de capital proveniente das atividades agropecuárias, no direcionamento das políticas públicas, na composição da população, entre tantos outros aspectos relacionados aos conteúdos do espaço rural.

As novas relações de trabalho que passaram a caracterizar as dinâmicas do espaço, se tornaram um dos principais aspectos para o entendimento dos desdobramentos da modernização. De David e Corrêa (2002, p. 22) destacaram que “grande parte dos trabalhadores rurais foi dispensada porque tarefas passaram a ser realizadas pelas máquinas, demandando maior qualificação profissional”. E complementam salientando que a modernização da agricultura não foi homogênea, pois não contemplou todas as esferas produtivas, sociais e regionais do Brasil. (DE DAVID E CORRÊA, 2002).

As concepções teóricas que sustentam este texto estão vinculadas aos autores que entenderam/entendem a modernização da agricultura acima das mudanças técnicas, o que não significa que desconsideramos o aumento da produtividade e o melhoramento técnico no processo de produção.

Entretanto, além de marcar o início de um novo ciclo produtivo no campo brasileiro, estruturado pela técnica e no uso intensivo de insumos e maquinários, evidenciou-se o problema da desigualdade social e da marginalização do pequeno agricultor, que por sua vez foi obrigado a deixar o campo em função da falta de políticas públicas voltadas à reprodução social destes indivíduos.

Modernização da agricultura e seus desdobramentos no espaço

A modernização da agricultura pelas lentes geográficas, deve considerar as transformações socioespaciais impostas por esta, destacando as regiões e os novos arranjos produtivos que se constituíram em decorrência. Também, devemos destacar que as políticas desenvolvidas pelo Estado, marcaram um período de transformações na economia global, principalmente com o fim da Segunda Guerra Mundial.

Ao discutir a expansão da agricultura no Brasil, Andrade (1979, p. 22) destacou que esta “[...] vem se processando rapidamente, embora em graus variáveis de intensidade, nas várias porções do território nacional, ela é feita sobretudo com o aumento da área cultivada por trechos antes desocupados”. O autor enfatiza que a consolidação da agricultura brasileira se deu em áreas que antes eram ocupadas por matas e indígenas, vistos como entraves, citando como exemplo as porções dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, as áreas susceptíveis a expansão agrícola, apresentavam grandes entraves para o desenvolvimento produtivo da agricultura capitalista. Entretanto, mediante a inserção de equipamentos, maquinários e técnicas para o uso e ocupação dessas áreas, gradativamente as dificuldades foram superadas. Assim sendo, em conformidade com Graziano da Silva (1980, p. 9),

As limitações impostas pela natureza à produção agropecuária vão sendo gradativamente superadas. É como se o sistema capitalista passasse a “fabricar” uma natureza adequada à sua sede por maiores lucros, a partir das conquistas tecnológicas da sua propalada indústria.

A superação da fronteira agrícola, ou seja, a expansão das áreas cultiváveis foi crescente em todo o país e refletiu as transformações na produção agrícola mundial. Segundo Chaléard (2008), as áreas agrícolas foram aumentando de forma lenta e gradual, especialmente nas vastas áreas que foram exploradas entre as décadas de 1960 e 1980, a exemplo da Amazônia no Brasil, em partes da Ásia e da África. O autor destacou que o aumento foi de 1,5% a 4% por década, evidenciando um processo desigual em países ricos e a periferia. Um dos fatores atrelados a desigualdade refere-se ao intenso êxodo rural.

Théry (2011) destacou que o Brasil conseguiu aumentar substancialmente sua produção mundial, conseguindo um papel importante na exportação de diversos produtos. Dentre as culturas exportadas, inicialmente o café teve seu destaque e, com o processo de modernização da agricultura, a soja e outras monoculturas brasileiras foram ganhando mercado mundial. A sojicultura foi o “carro-chefe” e ajudou a impulsionar o incremento técnico nas bases de produção, onde está consolidado até a atualidade, sendo considerado uma das principais pautas de exportação do país, juntamente com o café, o qual o país é líder mundial.

Neste aspecto, Marafon e Matos (2020, p. 331) evidenciam que

A modernização era vista e projetada como a forma de atingir o desenvolvimento rural e, assim, era apresentada como a imagem do progresso. A ideia de desenvolvimento rural se restringia à produção, e o crescimento da produção agrícola era o principal indicador para mensurar o desenvolvimento econômico do campo de vários países que adotaram o pacote tecnológico da Revolução Verde.

Ao definir a Revolução Verde, Brum (1988, p. 44) inferiu que esta constituiu-se em um

[...] programa que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiência no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratos culturais mais modernos e eficientes

Ainda na perspectiva de Brum (1988), este programa foi almejado e comandado por um poderoso grupo econômico dos Estados Unidos, a Fundação Rockefeller, o qual, num primeiro momento, custeou alguns projetos de desenvolvimento de pesquisas ligadas aos produtos agrícolas. Dentre os países que aderiram a esse processo, México, Filipinas e o Brasil foram destaques. Este processo “[...] foi comandado pelas grandes corporações e introduzido de fora para dentro. Inicialmente por elas patrocinado, mas aos poucos essa responsabilidade foi passada ao poder público” (BRUM, 1988, p. 45).

O auge da Revolução Verde aconteceu a partir de 1965, quando os resultados das pesquisas desenvolvidas nos países citados anteriormente foram bem-sucedidas, especialmente no México e Filipinas. Assim, as políticas desta revolução foram lançadas para

os demais países, e assim, ocorreu, a aderência das nações às novas técnicas de produção, ao uso de fertilizantes, bem como a utilização de máquinas e equipamentos agrícolas. No caso brasileiro, o desenvolvimento científico aconteceu de maneira mais tardia, através da criação, em 1971, da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA) (BRUM, 1988).

Este período foi marcado pela expansão das características do modo de produção capitalista no campo, o qual foi acentuado com o desenvolvimento das rodovias e a mecanização do território brasileiro, dando espaço a materialização de uma agricultura voltada para as atividades comerciais, juntamente com a intensificação do uso e da exploração das terras (ANDRADE, 1979).

A primeira fase da modernização da agricultura no Brasil, se manteve sob o ponto de vista primitivo, onde o aumento da produção se deu em decorrência do aumento da área plantada. O Censo Agropecuário de 1960, ressaltou que existiram apenas 56 mil tratores, todos importados. Não eram desenvolvidos comportamentos sociais que caracterizavam a presença de produtores movidos pelas lógicas capitalistas. Ressalta-se que a organização dos produtores ainda era restrita e por isso, reinava uma certa dificuldade de formalizar a produção agropecuária. (NAVARRO, 2015).

O setor industrial que produzia os insumos e equipamentos agrícolas, passou a pressionar a agricultura para o sentido da modernização, almejando um expressivo comércio dos seus produtos. Contudo, o que realmente alavancou o desenvolvimento da industrialização da agricultura foram as ações governamentais em prol da viabilização do acesso ao pacote tecnológico da agricultura conservadora (TEIXEIRA, 2005).

A industrialização da agricultura, no ponto de vista de Oliveira (2013, p. 76)

[...] vem sendo feita no interior do processo de internacionalização da economia brasileira, ou seja, a lógica contraditória do desenvolvimento capitalista na agricultura se fez e se faz no seio de um capitalismo mundializado. [...] este processo tem revelado que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura em nossos dias está marcado, sobretudo, pela sua industrialização. Essa industrialização deve ser entendida como o processo de introdução do modo industrial de produzir no campo, desencadeando um inter-relacionamento intenso entre a indústria e a agricultura.

Ao falar dos processos contraditórios do sistema capitalista, Oliveira (2013, p. 74) inferiu que estes [...] produzem e se reproduzem em diferentes partes do mundo atual,

criando dessa forma e sobretudo empresas de diferentes lugares do globo.”. Complementa afirmando que “[...] esses processos contraditórios produziram/geraram movimentos de concentração da população, primeiro nas regiões metropolitanas, depois nas capitais regionais e em geral nas cidades” (OLIVEIRA, 2013, p. 74 - 75).

Conforme descrito por Matos e Pessôa (2011), o desenvolvimento da agricultura conservadora¹ ocorreu em meio a modernização do território, mediada pela difusão do meio técnico-científico-informacional. Este momento foi caracterizado, de acordo com Santos (2006, p. 159) pela junção entre a técnica e o conhecimento científico, afirmando que “Neste período, os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação”.

Ainda de acordo com Matos e Pessôa (2011, p. 3) enfatizaram que

Todas as mudanças ocorridas nas atividades agropecuárias, não seriam possíveis sem a construção de infraestrutura para viabilizar a circulação de pessoas, mercadorias e informações, assim, a modernização da agricultura faz parte da modernização do território.

A constituição da agricultura conservadora no Brasil teve seu início no Planalto Gaúcho, onde o processo centrou-se, primeiramente, na triticultura, com a implantação de mudanças profundas nas técnicas de cultivo e manejo do solo, além das relações de produção e, posteriormente com o cultivo da soja (BRUM, 1988).

As mudanças nos cenários produtivos aconteceram por meio da expansão da soja, teve seu destaque especialmente nos anos 70, onde passou a ocupar o primeiro lugar nas produções, ultrapassando a triticultura. Ressalta-se que, a dinâmica do binômio trigo-soja, ocorrida entre as décadas de 50, 60 e 70 do século XX, deu-se em decorrência das mudanças nas políticas econômicas e nos costumes alimentares dos países norte-americanos e europeus (BRUM, 1988).

Com relação a produção de soja, Santos e Silveira (2006, p. 128) afirmaram que esta configurou-se como

¹ Por agricultura conservadora, entende-se aquela que busca por meio de estratégias, o aumento da produção e da produtividade agropecuária mediante a renovação tecnológica, isto é, a utilização de métodos, técnicas, equipamentos e insumos modernos, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária. Essa orientação está voltada para a viabilização e implantação da empresa rural capitalista no campo (BRUM, 1988).

[...] emblema de uma agricultura modernizada, a soja penetra no Brasil, depois da década de 1964, a partir de uma frente pioneira no Rio Grande do Sul. Com 334.520 hectares, essas plantações foram responsáveis por 93,03% da área cultivada no país e por 90,51% do volume da produção nacional. Ancorado na demanda de farelos proteicos para alimentação animal pelos países europeus e no crédito fiscal, o avanço da fronteira agrícola da soja foi extraordinário, assim como o aumento da quantidade produzida

O incremento da produção de soja promoveu significativas transformações na organização espacial do Rio Grande do Sul. Inicialmente, sua expansão se deu por meio de grandes estabelecimentos agropecuários e, posteriormente, em regiões com uma estrutura agrária baseada em pequenos e médios estabelecimentos, onde os impactos da monocultura foram maiores.

A soja é cultivada desde a antiguidade e, também, é um alimento importante para o consumo humano e animal. Em um processo gradual, conquistou terras ao longo do século XX, e continuou em expansão ao longo do território, e por vezes, se estabeleceu de maneira conflituosa com agricultores camponeses e territórios tradicionais. A produção desta lavoura causou o desmatamento em muitas áreas, especialmente no Mato Grosso, onde ganhou exponencial expressividade, com toneladas voltadas para o mercado internacional (CHALÉARD, 2008).

A mecanização e modernização de lavouras como a da soja, oportunizou uma aproximação cada vez mais acentuada entre a indústria e agropecuária, acentuando os fluxos e as relações entre o campo e a cidade. Delgado (2001) ao discutir a difusão das relações entre agricultura e indústria, denominou este processo como “integração técnica-agricultura-indústria”. Para o autor essa integração oportunizou as mudanças nas bases de produção, através do pacote tecnológico que acompanhou a Revolução Verde, bem como estreitou as relações entre diversos setores da indústria.

O período foi o mais significativo quanto a expansão da agricultura capitalista no Brasil, a qual foi alimentada com o intenso processo de urbanização e com o fortalecimento da economia urbana. É importante considerar que, este modelo de agricultura conservadora foi desenvolvido, também, diante da derrota das discussões da questão agrária, durante a década de 50. Portanto, ao passo que o regime militar se instaurou, por meio do Golpe Militar de 1964, os discursos que defendiam a questão agrária foram oprimidos pela política do

Estado. O período oportunizou, além do pacto da modernização da agricultura conversadora, a ascensão das oligarquias rurais ligadas a grande propriedade e o capital financeiro (DELGADO, 2001).

A aproximação entre o setor industrial e agrícola, favoreceu a consolidação dos Complexos Agroindustriais – CAIs. A utilização do termo “Complexo” justifica-se, pois este, segundo Marafon (1998, p. 5) serve “[...] para a análise do encadeamento, da coordenação, das relações entre os vários elementos e/ou etapas de um determinado processo”. Percebe-se que as novas relações que se manifestaram no espaço se deram a partir de diferentes lógicas e escalas da ação, visto que desenvolver apenas a agricultura mecanizada não bastava. Era necessário aumentar os números das exportações e, conseqüentemente, alcançar altos índices de produtividade.

O surgimento dos Complexos Agroindustriais no Brasil esteve atrelado ao cenário que sucedeu a Segunda Grande Guerra. Neste período, o setor industrial ganhou expressividade e atingiu outros setores, como o agrário, que neste mesmo momento buscava alternativas para suportar a baixa lucratividade e a falta de valorização da terra (ERTHAL, 2006).

Quanto a expansão dos CAIs, Marafon (2011, p. 74) inferiu que esta ocorreu

[...] devido à incorporação de vastas extensões de terra, no caso da soja e das cadeias produtivas de origem histórica como o café, o algodão, a pecuária bovina, com a utilização de tecnologia, da mecanização da produção, prioritariamente voltada para a exportação. Os complexos agroindustriais são formados a partir da introdução da lógica capitalista no campo, capaz de transformar a produção agrícola em agronegócio (industrialização da agricultura).

Na consolidação deste novo processo produtivo, foram incorporados inúmeros produtos oriundos das indústrias que estreitaram relações com a agricultura. Dentre essas produções, o aumento na utilização de tratores, colheitadeiras, produtos químicos e sementes selecionadas tiveram destaque neste período, sendo a produção totalmente orientada para uma demanda urbana e industrial. (MARAFON, 2011).

Conforme destacado por Teixeira (2005, p. 33)

A nova conexão entre a agricultura e a indústria, tira o poder dos grupos rurais atuarem isoladamente, além de exigir uma maior participação do

Estado como capitalista financeiro. A relação básica ocorre via capital dos grupos rurais, do Estado e de grandes grupos internacionais, que geralmente incorporam outras atividades, além da agrícola.

Théry (2011, p. 297), ainda complementou que,

Le Brésil est un très grand pays agricole, gros producteur d'une série de denrées, tropicales ou non, exportateur massif de grains, viandes, huiles et tourteaux. Par l'étendue et les caractéristiques de son territoire, l'amas de sa population, la qualité de ses cadres publics et privés, de ses centres de recherche, la taille et la diversité de son appareil industriel, il dispose d'immenses avantages comparatifs: de l'espace, du soleil, de l'eau, de la main-d'œuvre d'exécution et d'encadrement, les industries d'amont et d'aval qui enserrant l'agriculture moderne dans un complexe agro-industriel, ce qui fait aujourd'hui toute la différence.

Diante da expansão dos Complexos Agroindustriais, o Brasil passou a ficar em primeiro nas exportações de grãos, competindo com países considerados desenvolvidos e de primeiro mundo. Dentre seus concorrentes, estavam os Estados Unidos e a China (THÉRY, 2011).

Os impactos decorrentes da territorialização do capital dos CAIs se manifestaram em diferentes setores da sociedade. Assim, nas palavras de Elias (2007, p. 56 e 57) tem-se

[...] a oligopolização do espaço agrícola [...] e o forte processo de fragmentação deste, denotando uma divisão territorial do trabalho associado ao setor. Essa fragmentação aumenta a diferenciação na lógica da organização do espaço agrícola e reforça a seletividade da distribuição das políticas públicas, dos sistemas de objetos e dos sistemas técnicos agrícolas modernos, fortalecendo as diferenças e especializações, o que culmina na constituição de regiões produtivas com grandes distinções entre si, agravando alguns traços estruturantes da história brasileira e toda sorte de desigualdades socioespaciais.

A agricultura capitalista mundializada estruturou-se em três pilares. O primeiro voltado a produção das *commodities*, as quais eram ofertadas em mercados mundiais, retirando a produção de alimentos da pauta da geopolítica mundial. O segundo pilar estava relacionado com as bolsas de mercadorias que regulavam os preços mundiais das *commodities*, destacando-se a bolsa de Chicago. O terceiro e último pilar, era ocupado pelas empresas monopolistas, sendo estas as que, através de suas filiais, difundiram preços sem a concorrência no espaço

mundial, bem como os padrões de produção agropecuária. Tais características, referem-se a uma organização mundial baseada num capitalismo formado por laços (OLIVEIRA, 2016).

Os impactos da expansão deste modelo econômico na produção agropecuária nacional foram incentivados por meio das políticas criadas e desenvolvidas pelo Estado. O Sistema de Crédito Rural foi um dos principais meios que viabilizou a implantação e expansão da agricultura conservadora. Nas palavras de Marafon e Matos (2020, p. 333 – 334) “Ao invés de ser uma política que efetivamente consolidasse o desenvolvimento rural, essa política foi promotora de desigualdades devido ao seu caráter seletivo, por se concentrar principalmente nas regiões Sul e Sudeste e direcionada aos médios e grandes produtores.”.

Matos e Pessôa (2011), ao considerarem as políticas do Estado, dividiram o período da modernização da agricultura em dois momentos. O primeiro, entre a década de 1960 e o início da de 1980, o Estado teve papel fundamental no desenvolvimento de políticas, sendo considerado pelas autoras, a época em que se teve uma efetiva ação em prol do crescimento da agricultura conservadora. Posteriormente, entre os anos 1980 e 1990, teve-se uma queda nas políticas agrícolas, as quais foram revistas e reestruturadas na década de 90.

Embora a década de 1980, seja vista por alguns estudiosos como a década perdida, em função do Brasil ter sido afetado por baixas taxas de crescimento econômico, decorrentes da crise econômica que atingia os países de capitalismo avançado, o setor da agropecuária obteve um ganho significativo através do melhoramento da qualidade dos produtos ofertados, bem como, da consolidação de uma oferta de alimentos e matéria-prima vindos das atividades agrícolas. Tal produção foi aliada a demanda existente, abandonando a escassez temporária de alimentos (NAVARRO, 2015).

Deste modo, conforme Matos e Pessôa (2011, p. 13),

em aproximadamente 20 anos, isto é, no período que se estende das décadas de 60 a 80, do século XX, o Estado manteve uma política forte de concessão de subsídios (crédito rural subsidiado, política de garantia de preços mínimos, criação de programas) e implantação de infraestrutura, como a construção de rodovias pavimentadas, portos, pontes, aeroportos, usinas hidrelétricas, eletrificação rural e a construção de armazéns para grãos, ou seja, o Estado promoveu a criação de fixos e fluxos capazes de dinamizar a produção e a circulação agropecuária.

Salienta-se, na interpretação de Oliveira (2013, p. 94) que,

essas ações estimuladas pelo Estado, somadas à própria lógica de concentração do capital a partir dos grandes centros metropolitanos, fizeram surgir no campo brasileiro uma reordenação territorial, produto da combinação contraditória e desigual da agricultura especificamente capitalista e da agricultura camponesa.

O reordenamento territorial, foi marcado pelo emergir de uma intensa circulação produtiva. Neste contexto, Santos (2014) afirma que o espaço geográfico foi formado por fixos e fluxos, os quais permitiram compreender os movimentos espaciais. Assim, de acordo com o autor os fixos “[...] nos dão o processo imediato do trabalho [...] são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens”. Com relação aos fluxos, estes referem-se ao “[...] movimento, a circulação [...] eles nos dão também, a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo” (SANTOS, 2014, p. 85-86).

Deste modo, considerando Santos (2014), é possível afirmar que o processo de modernização da agricultura pode ser entendido na perspectiva do movimento, uma vez que, embora este fenômeno tenha por característica a especialização produtiva, através deste, materializou-se no espaço uma intensa rede de fluxos, por meio da comercialização dos insumos e equipamentos agrícolas, bem como no próprio processo de exportação das cadeias produtivas. Neste caso, os fixos estão relacionados a especialização produtiva, visto que as cadeias exportadoras se concentraram em determinadas regiões do Brasil.

Podemos concluir que o desenvolvimento em larga escala da produção agropecuária, viabilizada pelas mudanças nas bases técnicas e no uso de insumos, seria uma característica nula se o espaço não fosse marcado pelos fluxos. Com o investimento em transportes e na comunicação, ou seja, na tecnificação do espaço, estes permitiram o desenvolvimento dos circuitos espaciais de produção e a manifestação das relações entre diversas escalas.

Elias (2007) afirma que a produção agropecuária globalizada difunde as redes agroindustriais no território, desde o local até o global. A autora ressalta que “Compreender os fluxos que perpassam os arranjos produtivos agrícolas [...] é um exercício de análise que permite a síntese das estratégias de ação das principais empresas associadas aos grandes conglomerados atuantes no agronegócio” (ELIAS, 2007, p. 58).

A capitalização do campo trouxe consequências da estrutura social. Assim, diante da expansão do sistema capitalista, o campo passou a ser caracterizado pelas diferenças sociais, especialmente calcadas na emergência de duas classes distintas, os agricultores capitalistas e

os camponeses. Com relação ao quadro que se instala no espaço agrário brasileiro, Teixeira (2005, p. 28) inferiu que este

é de uma estrutura fundiária altamente pautada na concentração de terras nas mãos de uma minoria, com uma produção voltada para a exportação e para servir como matéria-prima para as indústrias, com crescente diminuição na produção de alimentos para o mercado interno e marginalização dos pequenos produtores rurais.

Os reflexos da modernização da agricultura não foram sentidos apenas no melhoramento técnico e produtivo do campo, mas também nas novas relações sociais que se manifestam no espaço. Portanto, cabe destacar que os impactos da apropriação do capitalismo na agricultura são refletidos, também, nas relações de trabalho, uma vez que este modelo produtivo exclui o pequeno agricultor através das políticas de incentivo voltadas para os médios e grandes produtores, além de viabilizar o trabalho rural assalariado. Graziano da Silva (1981, p. 30) afirma que

[...] a modernização aumenta as exigências e diminui o período de ocupação da mão de obra não qualificada numa dada propriedade agrícola. A solução mais econômica para o proprietário que moderniza passa a ser a substituição do trabalhador permanente pelo volante, com o consequente aumento da sazonalidade e do emprego dos trabalhadores rurais.

Prosseguindo, De David e Corrêa (2002, p. 30) ressaltaram que “[...] grande parte dos trabalhadores rurais foi dispensada porque tarefas passaram a ser realizadas pelas máquinas, demandando maior qualificação profissional”. Ainda com os autores citados “[...] em regiões onde predomina a criação de gado, os trabalhadores foram favorecidos, pois há tarefas durante todo o ano. Por outro lado, em regiões monocultoras, o emprego temporário passou, em geral, a ser mais intenso” (DE DAVID e CORRÊA 2002, p. 30).

Conforme evidenciou Sampaio (2011), ocorreu um rebatimento no trabalho através das novas relações desenvolvidas por meio do processo de modernização da agricultura. A apreensão da agricultura modernizada para o autor supramencionado, vai ao encontro com a perspectiva de outros estudiosos do tema, como Kozenieski e Elias, os quais consideram este período caracterizado por mudanças sociais expressivas. Assim, Sampaio (2011, p. 7) afirma que

O processo modernizador é a expulsão do pequeno produtor que excluído, vai se marginalizar nas cidades e intensificar os problemas urbanos, como habitação, desemprego, violência, entre outros, tornando-se comumente uma oferta de trabalho instável, precário e informal. Muitos por ocupar a periferia e conhecer a lida no campo passam a morar na cidade e trabalhar no campo, são os chamados “boias-frias”.

Assim, os anos que constituíram a década de 1990, foram marcados pelo emergir das discussões relacionadas ao acesso a Terra, materializando um processo de politização, alimentado pelos movimentos sociais, os quais haviam sido oprimidos durante o período do regime militar. Estes foram representados, especialmente, pelo Movimento dos Sem-Terra/MST, que se expandiu e ganhou forças por todo o Brasil. Cabe destacar que, para os grandes produtores integrados aos processos produtivos, esta década foi bastante conturbada, principalmente nos primeiros anos, em decorrência da baixa rentabilidade da terra, resultando na perda de riqueza patrimonial (FERNANDES, 2018).

Nos anos 1990, observou-se a volta das discussões que permeavam a reforma agrária, resultando na criação de diversas propostas de assentamentos. Assim, através da retomada destas questões, teve-se o reconhecimento da agricultura familiar, por meio do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o qual se consolidou, posteriormente em 2006, através da lei 11.326². Deste modo, diante de tal reconhecimento, configurou-se um dualismo no espaço agrário brasileiro, calcado em agricultores familiares e não familiares (ATAFIN, 2007).

Outro ponto destacado por Altafin (2007) refere-se as nomenclaturas utilizadas como sinônimos para o agricultor familiar no Brasil. De norte a sul do Brasil, é possível encontrar terminologias diversas, sendo algumas delas: caipira, caboclo, colono e roceiro, apontando para a heterogeneidade da categoria.

É importante considerar que, ao buscar subsídios conceituais para entender a agricultura familiar, é possível verificar duas vertentes. A primeira vertente, defendida por

²A lei 11.326 determina agricultores familiares a partir dos seguintes critérios:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

autores como Wanderley (2000) que entendem esses sujeitos como resultado da evolução da sociedade e, assim, a maneira de reprodução no espaço agrário estaria atrelada as raízes históricas camponesas. A segunda vertente, utilizada por teóricos como Abramovay (2002)³ entendem os agricultores familiares como produtos das novas relações capitalistas do campo.

Embora se visualize uma maior inserção do agricultor familiar no mercado, especialmente na agricultura capitalista, este não pode ser considerado um produto do capital, uma vez que, por vezes, a sua inserção no capital pode se constituir como uma estratégia que oportuniza a sua permanência no espaço agrário, preservando seu modo vida. Nessa perspectiva, Dallanôra (2018, p. 26) afirmou que

[...] o agricultor familiar, mesmo diante das transformações presentes na organização da sociedade e dos modos de produção, não rompeu definitivamente com seus vínculos anteriores; pelo contrário, mantém suas tradições camponesas, fortalecendo-se diante da capacidade de adaptação das novas exigências da sociedade capitalista.

Deve-se considerar que, em todas as tentativas de conceituar a categoria, esta possui um traço em comum, a base de produção familiar. Neste ponto, Marafon (2006, p. 21) destaca que esta “[...] é caracterizada por estabelecimentos em que a gestão e o trabalho estão intimamente ligados, ou seja, os meios de produção pertencem à família e o trabalho é exercido por esses mesmos proprietários em uma área relativamente pequena ou média”.

Tal característica, proporciona, de acordo com Wanderley (2000) um modo de vida particular no espaço agrário. A autora evidencia que “[...] de modo geral, as áreas onde a agricultura familiar é predominante, correspondem às situações de maior intensidade da vida social local” (2000, p. 35). Entretanto, existe a necessidade de o espaço agrário oportunizar a permanência deste modo de vida, mediante uma estrutura social que beneficie a família rural no que tange as perspectivas da produção agrícola, assim como as atividades não agrícolas, materializando a pluriatividade (WANDERLEY, 2000).

³ Autores que seguem a mesma perspectiva teórica, defendem também que, a agricultura familiar deve-se modernização a partir de uma maior integração com o agronegócio, transformando os pequenos agricultores em empreendedores rurais. Exportar, agregar valor, identificar a origem, aprimorar embalagens, contratar demanda, lastrear preços... Tudo isso, que é o mundo do agronegócio, precisa chegar aos pequenos agricultores (MORAES e FRANCO, 2005, p. 82).

Embora a desigualdade fundiária e a luta pela terra ainda sejam umas das características presentes no campo brasileiro, as políticas agrárias⁴ e agrícolas⁵ que reconheceram a agricultura familiar foram de suma importância, pois estas confrontam o modelo conservador de agricultura. Necessita-se assim, de acordo com Fernandes (2018) avançar, através de um pensamento híbrido.

Portanto, Fernandes (2018, p. 120) salienta que

pensar el Brasil agrario es pensar el desarrollo en la perspectiva territorial, en la perspectiva multidimensional y multiescalar. Es pensar en todas las dimensiones y escalas; que la producción de alimentos, fibras y energía no está separada de la educación y las inversiones, de la salud y la tecnología, del trabajo y el conflicto, de la vivienda y la industria, de la preservación y el mercado, del campo y la ciudad. Es necesario unir lo que el capitalismo separó con su modelo sectorial y fragmentario.

Embora o desenvolvimento das relações capitalistas no campo tenha agravado as questões sociais, culminando em inúmeros conflitos e movimentos de resistência, deve-se considerar que houve um aumento significativo na produção de grãos, cerca de 75%, mesmo com a permanência das áreas destinadas as lavouras (MORAES e FRANCO, 2005).

Neste contexto de reconhecimento e mudanças, a partir de década de 1990, começou a delimitação de um novo espaço agrário brasileiro, calcado não apenas em atividades agrícolas, mas também em alternativas que possibilitam a reprodução, especialmente dos agricultores familiares e dos demais sujeitos desassistidos pelas políticas públicas. O espaço agrário modificou-se, buscando, através de novos meios, oportunizar a permanência dos agricultores.

⁴ Tem como objetivo influir na estrutura da propriedade e da posse da terra prevalecente no meio rural, através de sua transformação ou regularização nas regiões onde a terra já foi historicamente apropriada privativamente (Políticas de reforma agrária) e de sua influência no processo de ocupação de novas terras consideradas, pelas agências estatais ou pelos atores privados, como de fronteira agrícola (Política de colonização). Isso significa que a Política agrária é eminentemente uma Política estrutural, de intervenção direta em estruturas existentes, tendo em vista sua alteração ou consolidação, e de longo prazo, pois seus efeitos serão plenamente percebidos apenas passado algum tempo após sua implementação. Nesse sentido, a Política agrária é considerada um instrumento indispensável para que se desencadeie um autêntico processo de desenvolvimento rural sustentado e não apenas de desenvolvimento agrícola. (LEITE, 2001, p. 24)

⁵ A Política agrícola visa afetar tanto o comportamento conjuntural (de curto prazo) dos agricultores e dos mercados agropecuários, como os fatores estruturais (tecnologia, uso da terra, infraestrutura econômica e social, carga fiscal, etc.) que determinam seu comportamento de longo prazo. Assim, a Política agrícola engloba tanto Políticas de mercado (preços, comercialização, crédito), como Políticas estruturais (fiscal, de pesquisa tecnológica e de extensão rural, de infraestrutura e de recursos naturais e meio ambiente). (LEITE, 2001, p. 23)

A este respeito Marafon (2011, p. 75-76) destacou que

na busca de sua reprodução e sobrevivência, a produção familiar tem apresentado características como o trabalho em tempo parcial, em face de diminuição da jornada de trabalho (favorecida pela incorporação de tecnologias de produção), ou seja, há liberação de membros da família para exercerem outras atividades, agrícolas e não agrícolas, complementando assim a renda familiar. Esse fenômeno é denominado pluriatividade.

Este quadro é comum de ser encontrado em famílias rurais que moram em municípios com potencial industrial e comercial. Ou seja, toda a renda que promove a permanência no espaço agrário não está atrelada somente as atividades agrícolas, mas também, em serviços que alguns membros da família se ocupam em parte do dia. Com relação a este aspecto, Graziano da Silva, Del Grossi e Campanhola (2002) ressaltaram que o novo rural brasileiro tem por característica a presença de atividades não-agrícolas, voltadas para a moradia, ao lazer e atividades ligadas ao setor secundário e terciário. Assim, “[...] a produção agrícola passa a ocupar cada vez menos tempo total de trabalho das famílias rurais, e, por conseguinte, a agricultura passa a responder apenas por parte do tempo de ocupação dessas famílias” (GRAZIANO DA SILVA, DEL GROSSI E CAMPANHOLA, 2002, p. 45).

Este fenômeno, cada vez mais intensificado no espaço agrário do Brasil é chamado de pluriatividade rural, que vem se expandindo em decorrência da revalorização do espaço agrário em atividades ligadas ao setor secundário da economia, atraindo, cada vez mais, trabalhadores oriundos das atividades familiares na agricultura. Dentre as atividades não agrícolas, é possível destacar o turismo rural, o qual vêm ganhando expressividade ao longo dos últimos anos (MARAFON, 2011).

Avançando na discussão, numa perspectiva contemporânea de compreensão do espaço agrário, Elias (2007) evidencia que neste processo é possível identificar uma reorganização do espaço agrário frente a difusão do meio-técnico-científico-informacional, o qual é possível oportunizar a criação de sistemas produtivos que, gradativamente, diminui os moldes tradicionais de relação com a agricultura. Assim, os pequenos agricultores, expulsos do campo, marginalizam-se nas áreas urbanas e acirrar as desigualdades sociais.

É possível perceber de forma mais clara, este processo de marginalização e exclusão social do pequeno agricultor em regiões onde a agricultura capitalista se desenvolveu em maior escala, como o Sudeste e o Sul do País. Foi possível observar um intenso êxodo rural,

uma vez que as classes mais favorecidas frente a modernização do setor agrário foram os grandes e médios proprietários, ou seja, aqueles que desfrutaram de condições favoráveis para adotar os novos modelos produtivos impostos pela indústria (SAMPAIO, 2011).

Assim, os sujeitos que careciam de condições, viram-se obrigados a migrar para as cidades. Embora existissem pequenos agricultores com posse de alguns hectares de terra, estes não possuíam as devidas condições econômicas para se reproduzirem socialmente no espaço agrário, uma vez que a nova lógica de permanência exigia mudanças nos modos de produção através do incremento de máquinas e equipamentos, que só eram possíveis de serem adquiridos através da compra. Merece destaque que, os agricultores deste grupo não eram beneficiados pelas políticas de crédito rural, uma vez que estas, conforme já ressaltados em parágrafos anteriores, voltaram-se exclusivamente para os grandes proprietários (SAMPAIO, 2011).

Elias (2007) defende a tese de que o processo de urbanização durante a segunda metade do século XX, está atrelado a consolidação dos Complexos Agroindustriais por meio do que ela denominava como agronegócio⁶ globalizado. Nesta perspectiva, o novo modelo de produção agropecuária oportunizou novos meios de apropriação do capitalismo no campo, impulsionados pelos interesses das grandes empresas internacionais, caracterizando uma agricultura a serviço do mundo globalizado. A autora traz em suas discussões o processo de globalização como determinante na organização do espaço agrícola.

Portanto, “[...] quanto mais intensiva e globalizada agropecuária, mais urbana se torna a sua gestão, dinamizando o setor terciário e, conseqüentemente a economia urbana” ELIAS (2007, p. 54). Em outra publicação, ao tratar sobre a produção agropecuária brasileira, Elias (2016, p. 220) enfatiza que atualmente esta

[...] passa por um processo de reestruturação produtiva, abalizada na racionalidade do atual sistema temporal, tendo seu funcionamento regulado pelas relações de produção, distribuição e consumo globalizado, direcionando-se cada vez mais, para atender à crescente demanda do mercado urbano interno e à produção de *commodities* para exportação.

⁶O agronegócio refere-se à cadeia produtiva que inclui desde a produção rural, a agroindústria, os serviços e a distribuição. Trata-se de uma integração da cadeia produtiva, englobando o antes e o depois da porteira. (MORAES e FRANCO, 2005).

Deve-se considerar que as transformações da produção agropecuária brasileira não implicaram apenas em mudanças técnicas, quantitativas e qualitativas. A reorganização do espaço agrário esteve atrelada aos interesses dos grupos que possuíam os poderes políticos através das políticas que foram desenvolvidas, do incentivo a mecanização, da expansão da monocultura e das ações desenvolvimentistas do Governo e, portanto, os reflexos da modernização da agricultura foram sentidos nas relações sociais, tanto no meio agrário, como no urbano.

Considerações finais

O propósito deste texto estava centrado na compreensão dos impactos da modernização da agricultura na organização do espaço. Para tanto, partiu-se das diferentes conceituações dadas a este processo, para posteriormente entender os seus desdobramentos na reorganização do espaço agrário brasileiro. Por meio das questões levantadas e da discussão teórica realizada, no âmbito dos estudos geográficos o processo de modernização da agricultura deve ser compreendido a partir da sua manifestação na organização espacial.

Conceitualmente, o processo de modernização da agricultura acompanhou as transformações que passaram a fazer parte da dinâmica do espaço agrário brasileiro. Inicialmente, os aspectos técnicos foram os primeiros a serem considerados para conceituar e compreender o momento. Com os desdobramentos na esfera social, a modernização da agricultura ganhou conotações além das inerentes a técnica, contemplando perspectivas baseadas em olhar dialético com o setor político e social.

O espaço geográfico entendido como resultado da apropriação do homem, manifestou por meio da modernização da agricultura o incremento dos processos produtivos, sua tecnificação e o crescimento dos fluxos. As relações entre o campo e cidade foram acentuadas, em vista da subordinação da agricultura em relação a indústria, além do êxodo rural em função da substituição da mão de obra pela utilização de maquinários mais eficientes e com maior potencial produtivo.

As novas dinâmicas da produção agropecuária brasileira impostas através da modernização da agricultura, devem ser compreendidas por meio de uma rede de agentes, pertencentes a diferentes setores da sociedade. O meio político esteve diretamente ligado a expansão das políticas agrícolas, que oportunizaram a consolidação de monoculturas, como

a soja, e conseqüentemente, acirraram as desigualdades entre pequenos e grandes agricultores.

Finalizando, ressalta-se que as colocações feitas neste texto, servem para nortear outras reflexões a respeito do tema. Embora seja uma questão pesquisada por diferentes áreas do conhecimento, é importante que possamos entender por meio das lentes geográficas, e entendê-la a partir da reorganização do espaço manifestada.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Campinas: Hucitec, 1992.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UNB. 2007. Disponível em: <portal.mda.gov.br/o/1635683>. Acesso em: 18 de junho de 2019.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Agricultura e Capitalismo**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

BRUM, J. A. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Ijuí: Vozes, 1988.

CARGNIN, M. **A reorganização do espaço agrário de Júlio de Castilhos/RS; uma nova dinâmica através da lavoura empresarial da soja**. 2009. 165 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

CARGNIN, Mônica; FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini. A influência das relações do campo e cidade sob a ótica da modernização na agricultura. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 43, n.2, Dezembro, 2016.

CHALÉARD J. L. Les grandes mutations des territoires ruraux dans les pays du Sud: problèmes et enjeux. In: RAKOTO RAMIARANTSOA H; THIBAUD B. **Ruralité Nordsud: inégalités, conflits, innovations**. Paris, L'Harmattan, p. 19-30.

DALLANÔRA, Ivani. **A organização do espaço rural de Pinhal Grande/RS: Potencialidades e desafios da agricultura familiar**. 2018. 163p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

DE DAVID, Cesar; CORRÊA, Walquiria Kruger. A política agrária e as transformações na agricultura brasileira - de 1960 até os dias atuais. **Geosul**, Florianópolis, v.17, n.33, p 23-43, jan./jun. 2002.

DELGADO, Guilherme. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**. vol.15 no.43 São

Paulo Sept./Dec. 2001

EDELBRA. **Dicionário de língua portuguesa**. Ed Edelbra: São Paulo, 1995.

ELIAS, Denise. O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In: MARAFON, Gláucio; RIBEIRO, Miguel Angelo. **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2007, p. 49-67

ELIAS, Denise. A cidade e o campo. In: SPOSITO, Eliseu Savério; DA SILVA; Charlei Aparacido; SANT'ANNA NETO, João Lima; MELASSO, Everaldo Santos. **A diversidade da Geografia brasileira: Escalas e dimensões da análise e da ação**. Rio de Janeiro, Consequência Editora, 2016, p. 211-232.

ERTHAL, Rui. REVISTA GEO-PAISAGEM, Os complexos agroindustriais no Brasil – seu papel na economia e na organização do espaço, 2006. **Revista geo-paisagem** (on line) Ano 5, nº 9, 2006. Janeiro/Junho de 2006

FERNANDES, Bernardo Mançano. Transformaciones em el Brasil agrário em las fases neoliberales y posneoliberales: construyendo una política agrária para un desarrollo sustentable. In: RUBIO, Blanca (Coord) **América Latina en la mirada Las transformaciones rurales en la transición capitalista**. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Sociales, 2018.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E. **O novo rural brasileiro**. S/d. Ofi - cina de Atualização Temática do IAPAR. Curitiba. Disponível em. Acesso: 05 de agosto de 2016. GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. São Paulo: Instituto de economia, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006 e 2017**. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em julho de 2019.

KOZENIESK, Éverton de Moraes. **A produção do espaço rural: transformações das dinâmicas produtivas e da agricultura na microrregião de Erechim**. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia), Porto Alegre, 2016.

KOZENIESK, Éverton de Moraes. Considerações sobre a modernização da agricultura. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; LINDNER, Michele (Org). **Dinâmicas do espaço agrário: velhos e novos territórios**. 1 ed. Porto Alegre: Evangraf, 2017.

LEITE, Sérgio (org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2001.

LIMA, Alex de Souza. Globalização: influências das técnicas e tecnologias na organização do espaço e meio ambiente. **Ateliê Geográfico**. Goiânia-GO v. 1, n. 2 dez/2007 p.42-58
MANTELLI, Jussara. **Evolução e Tendências do Setor Agrário na Região Noroeste do Rio Grande do Sul**. 2001. 200 p. Doutorado (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista-UNESP/Rio Claro, Rio Claro, 2001.

MARAFON, Gláucio. Industrialização da agricultura e formação do Complexo Agroindustrial do Brasil. **Geo UERJ Revista do Departamento de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 3, p 7 – 21, jun 1998.

MARAFON, Gláucio. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo: reflexões a partir do território fluminense. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 17-60, fev. 2006.

MARAFON, Gláucio. Principais transformações em curso no espaço rural. **Revista Geográfica da América Latina**. Costa Rica, Nº Especial. I Semestre pp. 99–84, 2011.

MARAFON, Gláucio. O trabalho de campo como um instrumento de trabalho para o investigador em geografia agrária. In: De David, Cesar; WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores. **Agricultura e Transformações socioespaciais: olhares geográficos e a pesquisa de campo**. Porto Alegre: Evangraf/Jadeditora, 2015.

MARIN, Mario Zasso. **Políticas de desenvolvimento rural e estratégias de reprodução da agricultura família na Quarta Colônia/RS**. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

MATOS, Patrícia Franciscana; PÊSSOA, Vera Lúcia Salazar. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. In: RAMIRES, Julio Cesar de Lima & PESSOA, Vera Lúcia Salazar (org.). **Geografia e Pesquisa Qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009.

MATOS, Patrícia Franciscana; PÊSSOA, Vera Lúcia Salazar. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 22, p. 290-322, 2º semestre de 2011.

MATOS, Patrícia Franciscana; MARAFON, Gláucio José. A modernização da agricultura no Brasil e os tramas do agronegócio. In: MARAFON, Gláucio José; CHELOTTI, Marcelo Cervo; PÊSSOA, Vera Lúcia Salazar (org.). **Temas em Geografia Rural**. 2 ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020.

MORAES, Marcos Antonio; FRANCO, Paulo Sérgio Silva. **Geografia econômica: Brasil colônia a colônia**. 1 ed, Campinas: Átomo, 2005.

MORAES, Fernanda Dalosto. **A organização espacial de Mata/RS: reestruturação produtiva do seu espaço produtivo**. 2009. 154 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

NAVARRO, Zander. História concisa da agricultura brasileira: Do pós-guerra aos nossos dias. In: GRAZANO, Xico; NAVARRO, Zander. **Novo Mundo Rural: A antiga questão agrária e os caminhos futuros da agropecuária no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 52-75.

OLESKO, Gustavo Felipe. **Geografia Agrária**. Curitiba: Intersaberes, 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2013. p 63 – 110.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

PAIVA, Ruy Miller. Modernização e dualismo tecnológico na agricultura: Uma reformulação. In: **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.5, n. 1, jun., Rio de Janeiro, p. 117-161, 1975.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Geografia e pesquisa qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo. In: De David, Cesar; WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores. **Agricultura e Transformações Socioespaciais: Olhares geográficos e a pesquisa de campo**. 1 ed. Porto Alegre: EVANGRAF/JAEDITORIA, 2015.

SAMPAIO, V. S. Modernização da agricultura e seus rebatimentos nas relações de trabalho no campo brasileiro. In: VIII Encontro Baiano de Geografia, 2011, Vitória da Conquista. **Anais**. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/ebg/anais/8b.pdf>

SAMPAIO, V.S. **Metamorfose do espaço habitado**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9 ed. São Paulo: Record, 2001

SUZUKI, J. C. (2007). Modernização, território e relação campo-cidade: uma outra leitura da modernização da agricultura. **Agrária** (São Paulo. Online), p. 83-95.

TEXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da Agricultura no Brasil: Impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**. v. 2, n. 2, p. 21-42, setembro de 2005.

JEAN, Yves. **Dynamiques des espaces ruraux dans le monde**. Paris, 2011.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 2. p. 29-37.jul.dez. 2000. Editora da UFPR 29.